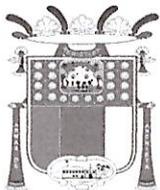


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

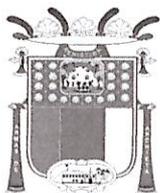
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2023. Às dezoito horas, do dia vinte e cinco de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, sob a Presidência do Vereador Renan de Oliveira Delfino, que após ter declarado aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde verificou-se a presença de todos, exceto do vereador Nilton Cezar Simões Brandão (atestado). Após ter sido aprovada a ata da sessão anterior, foi lido o material do expediente onde constava: 1) Indicações 552/2023, 553/2023, 554/2023 e 555/2023 de autoria do vereador Pablo Florentino; 2) Indicação 556/2023 dos vereadores Renato Lorencini e Robson Mattos dos Santos; 3) Indicações 557/2023, 558/2023, 559/2023 e 564/2023 do vereador Nilton Cezar Simões Brandão; 4) Indicações 560/2023, 561/2023, 562/2023 e 563/2023 do vereador Renan Delfino; 5) Indicação 565/2023 do vereador Renato Lorencini; 6) Indicações 566/2023 e 567/2023 do vereador Rodrigo Semedo; 7) Indicação 568/2023 da vereadora Terezinha Mezadri; 8) Indicações 569/2023, 570/2023 e 571/2023 da vereadora Marcia Cypriano; 9) Requerimentos 139/2023 e 140/2023 do vereador Pablo Florentino, aprovados pelo Plenário; 10) Requerimentos 141/2023 e 142/2023 do vereador Robson Mattos dos Santos, aprovados pelo Plenário; 11) Requerimento 143/2023 do vereador Rodrigo Semedo, aprovado pelo Plenário; 12) Requerimento 144/2023 da vereadora Marcia Cypriano, aprovado pelo Plenário; 13) Moção nº 86/2023 de congratulação e aplausos aos atletas da Equipe 100 Limites, participantes do DVA Vitória x Anchieta Ultramaratona, de autoria do vereador Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 14) Moção 87/2023 de pesar pelo falecimento de Ricardo Pereira de Oliveira, de autoria do vereador Edson Vando Souza e coautoria dos vereadores Pablo Florentino e Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 15) Moção nº 88/2023 de pesar pelo falecimento do Sr. Julião da Silva, de autoria do vereador Pablo Florentino e coautoria do vereador Rodrigo Semedo, aprovado pelo Plenário; 16) Moção nº 89/2023 de congratulação e aplausos à Associação Iriri Vivo, ADERES, Ferrari Eventos, Secretaria de Turismo, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil Municipal pela realização do 2º Festival Iriri Vinhos e Abraços, de autoria da vereadora Terezinha Mezadri e coautoria dos vereadores Cleber Oliveira, Renan Delfino, Robson Mattos dos Santos, Rodrigo Semedo e Sergio Luiz da Silva Jesus, aprovado pelo Plenário; 16) Moção nº 90/2023 de pesar pelo falecimento do Sr. Nathanael Porto do Sacramento (Seu Nato), de autoria do vereador Rodrigo Semedo e coautoria do vereador Edson Vando Souza, aprovado pelo Plenário; 17) Moção nº 91/2023 de pesar pelo falecimento do Sr. Amado de Oliveira, de autoria do vereador Rodrigo Semedo, aprovado pelo Plenário; 18) Requerimento para o uso da tribuna livre do Sr. Peter Heinz Herbert Niemann, para falar sobre “Para fins de direito à utilização de espaço de comercialização”; 19) Projeto de Lei nº 43/2023 – Dispõe sobre a denominação do centro de Convivência do Bairro Alvorada (Lindemberg Rigo e Silva), de autoria do vereador Pablo Florentino; 20) Moção verbal de pesar pelo falecimento do Sr. Nathanael Porto do Sacramento, morador da comunidade de Itaperoroma Baixa, de autoria da vereadora Marcia Cypriano, aprovado pelo Plenário; 21) Requerimento verbal à Secretaria Municipal de Infraestrutura, solicitando respostas sobre a colocação de rampas de acessibilidade na direção das faixas de pedestres em todo calçadão da praia Central, de autoria do vereador Pablo Florentino, aprovado pelo Plenário; 22)



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

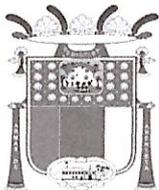
Requerimento verbal à Secretaria Municipal de Infraestrutura, solicitando respostas acerca do início das obras para reforma do ESF1, de autoria do vereador Pablo Florentino, aprovado pelo Plenário; 23) Moção verbal de aplausos pela realização da IV festa da Comitiva Entre Amigos de Anchieta, de autoria do vereador Rodrigo Semedo e coautoria do vereador Cleber Oliveira, aprovado pelo Plenário; 24) Requerimento verbal à Secretária Municipal de Meio Ambiente, solicitando esclarecimentos quanto ao desmatamento ocorrido hoje, 25 de junho de 2023, nas margens da Lagoa Icaraiá, no Bairro Guanabara, de autoria do vereador Robson Mattos dos Santos, aprovado pelo Plenário; 25) Requerimento verbal do vereador Edson Vando Souza, à Gerencia de Segurança Pública, solicitando informações oficiais sobre o ocorrido no último sábado, durante a final do campeonato da Copa Padre Anchieta e quais ações foram tomadas, de forma preventiva, para que o evento transcorresse dentro da normalidade. Justificou seu pedido dizendo que, segundo relatos e vídeos recebidos, teria ocorrido um problema com pais de atletas, estes teriam invadido o campo e havido brigas e bate-bocas, ou seja, uma falha explícita de segurança. Também solicitou que o mesmo pedido fosse encaminhado à Secretaria de Esportes, solicitando informações sobre quais medidas foram tomadas no momento da confusão, se haviam crianças envolvidas na confusão e em qual horário a confusão ocorreu. Os pedidos foram submetidos à votação e foram aprovados pelo Plenário em coautoria com o vereador Pablo Florentino; 26) Requerimento verbal à Secretária de Saúde solicitando informações sobre a falta de profissionais nos ESF's para colheita de material para colonoscopia, de autoria do vereador Renan Delfino, aprovado pelo Plenário. Terminado a leitura do material de expediente o Sr. Presidente concedeu a palavra por dez minutos ao Sr. Peter Heinz Herbert Niemann, que falou sobre "Para fins de direito à utilização de espaço de comercialização". O Sr. Peter (suíço) é casado com uma anchietense e é proprietário de um bar denominado "Armazém", localizado ao lado do mercado de peixes municipal. Disse que seu estabelecimento é um ambiente familiar, seguro e fica ao lado de uma rua sem saída, porém, ele não pode colocar mesas na rua para atender os clientes, a fiscalização municipal proíbe. Diante do seu relato, usou da palavra o vereador Pablo e disse que a fiscalização poderia ser um pouco mais flexível, especialmente pelo fato de termos passado por uma pandemia que prejudicou o comércio consideravelmente. Também usou da palavra o vereador Rodrigo Semedo e disse que a Casa teria aprovado um projeto proposto pela vereadora Tereza e que hoje já é Lei, instituindo a criação das varandas gourmet. Então, sugeriu que o Sr. Peter que fizesse a solicitação do espaço na Secretaria de Turismo e manifestou seu apoio, bem como dos demais colegas. Também fez uso da palavra a vereadora Marcia e disse que a rua em questão é realmente sem saída, ela dá acesso ao rio e à noite é deserta, ou seja, não traria nenhuma dificuldade para colocação de mesas e não prejudicaria ninguém, muito pelo contrário, traria progresso para a cidade, pois seria mais um ponto para os turistas e moradores frequentarem. Ressaltou que a disponibilização das citadas mesas não traria nenhum impacto ambiental e lembrou dos bares existentes em Belo Horizonte-MG, que é considerada a capital dos bares, onde à noite, a maioria das mesas e cadeiras ficam dispostas nas ruas, assim como os bares localizados na Rua da Lama, em Vitória. Disse que essa é uma prática que já existe no Brasil, mas que achava estranho o fato de já existir mesas fora das calçadas em alguns comércios de



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

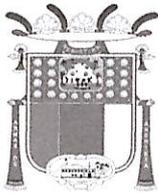
Anchieta e a fiscalização proibir justamente a do Sr. Peter. Também usou da palavra a vereadora Tereza e disse que havia procurado a fiscalização da Prefeitura para saber o motivo de tal proibição. Disse que o problema não seria a colocação das mesas e cadeiras na rua porque isso já é prática em vários comércios no município de Anchieta, mas sim o fato de existir um grupo de motoqueiros que tem um alvará de autorização, por quatro anos consecutivos, para realizarem um churrasco no local uma vez por mês. Sugeriu que o Sr. Peter entrasse em acordo com o grupo de motoqueiros, já que eles só utilizam o espaço uma vez por mês, para que não houvessem mais desentendimentos. E sugeriu também que o comércio investisse na varandinha gourmet, conforme proposto pelo vereador Rodrigo. Também usou da palavra o vereador Renan e disse que no local não caberia uma varanda gourmet, visto que já existe uma rampa que atende os pescadores e atrapalharia. Usou da palavra o vereador Serginho e disse que além da Lei de criação das varandas gourmets existe também a Lei 1.343/2018, que estabelece as normas da Rua Viva. Então, sugeriu que o Sr. Peter elaborasse um projeto de utilização do espaço e encaminhasse a Prefeitura, que determinaria um horário para o funcionamento do local. E, para finalizar, disse o Sr. Peter que o espaço em questão é público e não havia problema algum do grupo de motoqueiros ou qualquer outro grupo fazer seu churrasco lá, apenas pedia para que eles não estacionassem as motos no local, porque elas sim, atrapalhariam a disposição das mesas. Após estas palavras, o Sr. Presidente anunciou a presença da Secretária Municipal de Meio Ambiente, Jéssica Martins de Freitas, juntamente com sua equipe, em atendimento a convocação do vereador Edson Vando, por meio do Requerimento nº 138/2023, para prestar esclarecimentos acerca das denúncias de possível poluição na lagoa de Mãembá. A Secretária fez sua apresentação, com auxílio de slides, iniciando com imagens de setembro de 2022, quando começou o monitoramento da lagoa, esclarecendo que ele acontece de forma periódica. Disse que nesta data começou-se a observar o esverdeamento das águas da margem da lagoa e, a partir daí, ela começou a ficar mais espessa e com maior característica de floração de algas. Em 07 de dezembro foi feita a abertura do vertedouro e a nata que existia na lagoa foi para o mar, o que entende-se que o vertedouro funciona como um ralo. Disse que a partir de dezembro outras Lagoas também passaram a ser monitoradas, pois buscava-se entender o que estaria acontecendo e a Lagoa de Icaraí também apresentou sua água esverdeada, indicando floração de algas, assim como a Lagoa de Nova Guarapari também apresentava o mesmo evento. Disse que, como o município não possui um contrato vigente de análise de efluentes, foi solicitado à Samarco que pedisse a um laboratório terceirizado a coleta de amostras nas diferentes lagoas e os resultados confirmaram a floração de microalgas (cianobactérias) em número elevado. Esclareceu que, como estávamos num período de fortes chuvas e todas as lagoas da região, exceto a lagoa de Ubu, apresentavam o mesmo fenômeno, entendemos que as chuvas estariam lavando o solo e levando nutrientes para dentro das lagoas, o que gerou o crescimento exagerado das algas. Disse que neste período a Secretaria emitiu uma nota técnica recomendando a não utilização das lagoas até que se entendesse o que de fato o estaria acontecendo com o processo de eutrofização das águas. Disse que esse processo ocorre de forma natural, ou seja, com o passar do tempo as águas vão ganhando matéria orgânica de forma natural, mas ele também pode ser adiantado em decorrência da ação do homem e do que



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

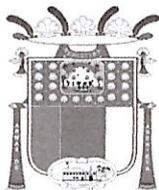
ele leva para dentro da lagoa, como o esgoto doméstico, as indústrias, a agricultura e o desmatamento contribuem para acelerar o processo de eutrofização. Ressaltou que quem alimenta o processo de eutrofização na água é o fósforo e o nitrogênio que são lançados na água, provenientes de várias fontes, principalmente o esgoto doméstico. E citou algumas consequências desse processo como a redução da quantidade de oxigênio dissolvido na água, o que provoca a morte de espécies aquáticas como os peixes, redução da biodiversidade da área afetada, aumento exagerado de algas ou outras plantas aquáticas, liberação de gases com odores desagradáveis, podem surgir toxinas no ambiente aquático as quais são produzidas por algumas espécies de cianobactérias e essas toxinas podem afetar a saúde humana e causar até a morte, reduz-se o potencial recreativo no ambiente aquático, reduz-se a pesca no local, reduz-se a navegação e a capacidade de transporte na área. Disse que após análise junto ao IEMA, entendeu-se que o crescimento exagerado de algas na lagoa pode ter sido proveniente de esgoto doméstico e também da contribuição industrial, porém, não é possível avaliar o grau de contribuição de cada ente. Disse que é preciso oferecer à comunidade de Mãembá, que é uma comunidade de interesse social, alternativas para a ligação na rede de esgoto das residências que não têm o nível para se ligar, além do trabalho de conscientização e fiscalização das famílias, para que elas se liguem à rede e assim, Mãembá fique universalizada para o esgoto doméstico. Em relação à Samarco, disse que depois dos questionamentos da Secretaria de Meio Ambiente, ela implantou este ano uma nova ETE, que é específica para o fósforo que vai tratar até 98% dele, então, que essa seria uma contribuição que já poderá diminuir consideravelmente o percentual de fósforo na lagoa. Após sua apresentação, disse que fica claro que a questão não é de simples resolução. Disse que as algas existentes nas lagoas não liberam toxinas mas se elas morrem a toxina será liberada pro ambiente, então, não seria possível jogar alguma coisa, algum produto, na água para tratar. Ressaltou que se trata de um ecossistema vivo e enorme, então, que não se pode jogar uma substância qualquer, sem estudo e sem monitoramento na água e piorar a condição de qualidade da água da lagoa. Ressaltou que o Poder Público estaria sensível à situação da lagoa e que as próximas ações a serem tomadas serão a de manter o monitoramento das lagoas do município, reforçar os pedidos de melhoria no sistema de esgotamento sanitário à CESAN, continuar o acompanhamento do plano de saneamento básico, reforçar o Programa "Se liga na rede Anchieta", contratar consultoria especializada em floração de algas e monitoramento de lagoas, principalmente no quesito de Análise Ambiental Forense. Disse ainda que teria tido uma reunião com uma pesquisadora da Universidade de São Carlos, que explicava essa Técnica de Análise Ambiental Forense, onde, fazendo a análise dos efluentes se é capaz de entender de quem veio a contribuição que é lançada na água, tipo o DNA do efluente. Disse que um dos professores dessa pesquisadora ajudaria o município nessa análise e que isso seria uma luz no fim do túnel, uma evolução no monitoramento e na análise dos dados disponíveis, para que seja possível diminuir a carga orgânica que está sendo lançada na lagoa e controlar, de forma natural, a floração de algas. Terminada a apresentação da Secretária, o Sr. Presidente franqueou a palavra ao vereador Edson Vando Souza autor da convocação e aos nobres Edis, para os possíveis questionamentos. O vereador Edinho agradeceu a Secretária pela presença e disse que a sociedade



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

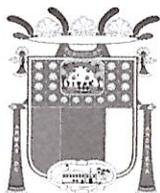
como um todo, principalmente os moradores de Mãembá, precisava desses esclarecimentos importantes, para fazer suas análises. Disse que ainda tinha algumas dúvidas, especialmente quanto ao número exato de residências que enviam organismos para a lagoa e que justificaria a necessidade de uma contratação, por parte da prefeitura, de uma empresa para fazer o monitoramento das lagoas com maior frequência, mesmo que o IEMA já faça seu acompanhamento periódico. Disse que também tinha ficado em evidência que a reposta da natureza tranquiliza e ao mesmo tempo deixa um alerta, visto que, todas as lagoas apresentaram o mesmo problema, exceto a lagoa de Ubu e que embora seja importante o monitoramento pago pela Samarco entendia que também fosse preciso o monitoramento custeado pela prefeitura, uma vez que ela seja parte interessada que não haja problemas naquilo que ela própria lança na lagoa. Ressaltou que a Casa não possui o conhecimento técnico, apenas as informações que vêm da comunidade, por isso agradeceu, mais uma vez a presença da Secretária, que trouxe explicações muito importantes. Em relação à CESAN, disse a Secretária que os dados apresentados são da empresa e são 459 ligações de água, onde 248 estão ativas e o restante não estão ligadas. Ressaltou que isso não significa que elas estejam sendo diretamente ligadas "in natura" para à lagoa, pode haver fossas, porém, que o ideal é que se consiga, em parceria com a CESAN, fazer rede para todo mundo e que todo mundo esteja ligado a ela, pois assim o lançamento de fósforo lançado na lagoa será mínimo. Em relação ao monitoramento próprio, através da prefeitura, disse que a contratação da consultoria seria para ajudar a indicar os parâmetros e em quais locais é preciso monitorar, para posteriormente contratar um monitoramento independente, porque sempre haverá a dúvida de que a indústria estaria nos dando um relatório contra ela mesma, mesmo sendo feito por um laboratório terceirizado. Ressaltou que se houvesse um monitoramento independente os relatórios, sem dúvida, ficariam mais transparentes. Em seguida fez uso da palavra o vereador Renato Lorencini, que agradeceu a presença da Secretária e disse que em dezembro de 2022, quando teve informações a respeito da lagoa, não sabia que ela já vinha sendo acompanhada desde janeiro, ou seja, que o processo de eutrofização já estava acontecendo. Disse a Secretária que os relatórios feitos pela Samarco, que estavam sendo encaminhados para o IEMA, visto que a obrigação da condicionante é somente dele, mostrava que o processo já estava acontecendo, mesmo que ainda não estivesse visível. Disse que a partir do ano passado a Secretaria solicitou que o relatório fosse encaminhado também para o município. Continuando, disse o vereador Renato que todos sabem que se trata de uma situação extremamente complexa e que quando a Secretária fala do esgoto doméstico que é lançado na lagoa, tende a colocar as 80 famílias como um problema. Disse em 2007, quando foi feita a Estação de Tratamento de Esgoto na comunidade, todas as residências tinham seus dejetos jogados na lagoa, então, não saberia dizer se isso contribuiria para haver o problema na lagoa toda. Disse que o número de residências não ligadas é pequeno em relação ao tamanho da lagoa, porque tudo o que for dito parecerá pequeno em relação a quantidade de água que tem lá, na segunda maior lagoa do Estado. Ressaltou que ou a muitos anos vem acontecendo isso ou é um problema que aconteceu agora, ainda não está claro. Disse teria encaminhado o requerimento há sete meses atrás, que ficava feliz com a presença da secretária,



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

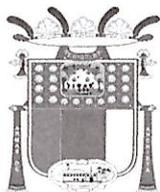
porém, o pedido poderia ter sido respondido desde o início do ano e que a comunidade poderia ter tido ciência de tudo, vez que existem análises, fotos e acompanhamentos. Ressaltou que não seria necessário discutir a questão no Plenário e que só houve a convocação porque a comunidade cobra, não só ela, mas também o meio ambiente. Disse que existe um problema em que é preciso saber quem contribui mais com ele, porém, que é preciso saber como resolve-lo daqui pra frente, o que fazer para que a lagoa se torne boa para banho, para o turismo, para a pesca e para a retirada da taboa para o artesanato. Perguntou se haveria algum estudo específico do peixe da lagoa. Disse a Secretária que dentro do relatório existe um estudo de ecotoxicidade, mas não em peixes e sim em organismos menores. Disse então o vereador Renato que vários peixes já morreram ali e ainda vai se contratar uma empresa para fazer as análises, ainda vai se contratar uma empresa de assessoria para suporte da Secretaria, que a lagoa não pode ser utilizada, mas que ainda não tinha visto, em nenhum local da lagoa, placas indicativas, apenas uma nota que não se sabe se ela foi colocada para a comunidade ou somente publicada. Disse que algumas questões ainda vão continuar, mas que esse não é um problema da Secretaria de Meio Ambiente e sim um problema ambiental, do qual a Secretaria é responsável para cuidar junto com o IEMA. Ressaltou não ter visto, na lista de soluções apresentadas, qualquer cobrança ao IEMA. Sugeriu que a Comissão de Meio Ambiente da Casa convidasse o IEMA, que é reponsavel junto com a Secretaria Municipal, para que viesse responder as dúvidas, já que se trata de um problema que é compartilhado com o Estado. Disse que encontrar o culpado não irá resolver o problema da lagoa de Mãembá, mas que deveriam concentrar esforços na solução dele e convidar a Samarco a também apresentar soluções, independente se ela contribui ou não, assim como a CESAN. Disse que é preciso dar um passo mais rápido e pediu que houvesse comunicação, por parte da Secretaria, com a comunidade e com a Câmara. Finalizou dizendo que continuaria cobrando os responsáveis por cuidar do nosso meio ambiente, que é a secretaria de meio ambiente e que só existe para pensar políticas públicas e buscar solução. Ressaltou que a lagoa é um ponto turístico, então, sugeriu a colocação de placas de advertência, visto que muitos desconhecem o problema da lagoa e poderão correr riscos. Disse então a Secretária que concordava com as palavras do vereador Renato, especialmente no que se refere as cobranças ao IEMA, que veio para a discussão do problema por meio da Secretaria, que pediu encarecidamente sua ajuda, o que não precisava acontecer, visto que ele é o órgão responsável e deveria estar mais presente. Em relação as residências, disse entender que as 81 residencias que não estão ligadas talvez contribuam em 5% para o fósforo que está presente na lagoa, mas ainda assim contribuem, então, é preciso ter várias frentes de ação. Perguntou, o vereador Renato, se a água parada em decorrência da paralização da Samarco, uma vez lançada na lagoa, poderia ter contribuído com o problema. Disse a Secretária que sim, mas que não há como saber todas as causas e que, mesmo dentro dos parâmetros permitidos pela Legislação, não há como saber o quanto cada contribuição altera a qualidade do ecossistema. Disse que o monitoramento e a contratação da consultoria seriam para contratar especialistas em lagoas, visto que a Secretaria não dispõe desse tipo profissional, por isso a preocupação. Disse ter conversado com o prefeito e este teria autorizado os procedimentos de contratação para que haja um avanço nesse sentido. Em seguida



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

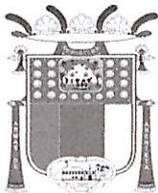
usou da palavra o vereador Robson Mattos dos Santos e disse que era uma alegria ter a Secretária na Casa hoje, a pessoa responsável e entendida no assunto, mas disse que em sua apresentação ela teria deixado uma preocupação, visto que na comunidade existem os pescadores que vivem diretamente da lagoa, porém, não teria visto nenhuma iniciativa, por parte do município, da CESAN ou da Samarco em chama-las para ofertar uma cesta básica ou outra condição de sobrevivência no momento. Além dessa preocupação, disse que, de acordo com a apresentação, a Secretaria ainda vai contratar e hoje um processo licitatório demora no mínimo sessenta dias. Disse que o problema eclodiu em 2022 e ainda teremos que esperar mais sessenta dias para contratar uma empresa especializada, então, perguntou quem daria de comer aos pescadores e as pessoas que sobrevivem diretamente da lagoa. Ressaltou que o município tem sua contribuição e ele terá que assumir sua responsabilidade, então, perguntou à Secretaria quais seriam as ações relacionadas. Disse a Secretária que, sobre a contratação agora da consultoria, entende que não houve uma demora, visto que o monitoramento ambiental não é simples e tudo que apresentou demonstra sua complexidade. Disse que inicialmente pensou-se que após o período das chuvas a condição da lagoa melhoraria e a floração diminuiria, visto que o fenômeno acontece em várias lagoas. Ressaltou que o processo de eutrofização é proveniente de esgoto doméstico na maioria das lagoas e aquelas que tem a contribuição industrial tem um plus a mais ainda, que pode ser até maior que o esgoto doméstico. Disse que desde setembro de 2022 a lagoa vem sendo monitorada e que que essa não é a realidade da maioria dos municípios. Em relação a assistência aos pescadores da lagoa, disse que isso realmente não foi tratado pela Secretaria de Meio Ambiente, mas que poderia levar a questão para a Secretaria de Assistência Social ou de Pesca, visto que deveriam ter um levantamento do número de pescadores da comunidade que podem estar com suas atividades prejudicadas, porém, esse não seria o foco da Secretaria de Meio Ambiente no momento. Fez uso da palavra o vereador Robinho e disse: "Secretária, com todo respeito, pode não ser o foco da Secretaria de Meio Ambiente, mas quem tem fome tem pressa e aquelas pessoas que dependem diretamente precisam de uma resposta o quanto antes numa situação como essa, porque o município tem que buscar uma alternativa para dar condições àquelas pessoas, porque elas vivem de lá e o ambiente em que aquelas pessoas vivem diretamente foi impactado. Então, o município tem que buscar uma alternativa para ajudar essas pessoas, até porque o município é um município rico, que pode ofertar essas questões, mas cabe ao Executivo buscar essas ações para ofertar ao nosso povo". Disse a Secretária que concordava com o vereador, mas que o município tem diferentes pastas e levaria essa demanda importante, talvez a mais importante, mas que não poderia ser o foco do meio ambiente agora. Disse que o foco do meio ambiente é entender o que está acontecendo e trazer soluções para diminuir a contribuição de fósforo. Disse que as Secretarias de Assistência e de pesca poderiam ser acionadas para tentar atenuar o impacto proveniente do que está acontecendo na lagoa. Também fez uso da palavra o vereador Rodrigo Semedo e baseando-se no número de residências da comunidade de Mãembá que hoje não tem seu esgoto tratado perguntou a Secretária se seria esse o motivo principal de ocasionar os problemas na lagoa, se seria mais proveniente da Cesan ou da Samarco e se vem ocasionando problemas com a taboa existente na lagoa. Aproveitou a oportunidade para perguntar se há



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

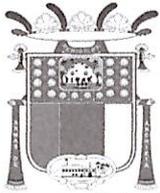
previsão do Parque RDS Papagaio voltar a funcionar nos finais de semana e feriados. Disse então a Secretária que ainda não é possível responder se a contribuição é maior da indústria ou do esgoto doméstico, só se sabe que os dois contribuem. Ressaltou que não era possível apontar categoricamente quem contribui mais, que isso era uma dúvida que ainda buscava sanar, mas disse que antes mesmo de sanar a dúvida já era possível atacar as soluções, como por exemplo, a Samarco já estava buscando desfosforizar o efluente, o que seria acompanhado pela Secretaria. Disse ainda que é sabido que é preciso diminuir a carga de nitrogênio e fósforo para dentro da Lagoa, para que se consiga controlar naturalmente a floração e que a taboa, de certa forma, absorve o nitrogênio e o carbono presentes na água, que pode favorecer o crescimento das algas, mas se elas crescem desordenadamente também podem contribuir com o aumento da matéria orgânica, então, deve haver um equilíbrio. Em relação ao parque RDS disse que estaria aguardando a deliberação da Administração, porque para abrir o parque nos finais de semana será preciso disponibilizar porteiros e seguranças, então, que ainda não tinha essa previsão imediata. Logo após fez uso da palavra o vereador Pablo Florentino e disse que a população tem notado o avanço da Lagoa de Ubu em algumas residências, então, perguntou se está havendo monitoramento na Lagoa de Ubu também. Disse a Secretária que o monitoramento é periódico na lagoa de Ubu, mas que existe ali loteamento aprovado, inclusive, dentro da lagoa, que são loteamentos antigos mas que alguns deles estão na APP da lagoa, então, a fiscalização é feita buscando que as pessoas não construam dentro dessa APP. Ressaltou que as vezes as construções são rápidas, mas que a Secretaria embarga a obra e toma outras providencias, porém, tem sido um grande desafio, porque em área de APP mesmo que a pessoa seja dona do lote, ela não poderá construir. Disse então, o vereador Renato que a questão é simples, basta decretar a área de preservação e não deixar construir. Disse a Secretária que a Legislação Federal já ampara. Usou da palavra novamente o vereador Rodrigo e perguntou se existe algum projeto ou algum recurso destinado á construção de um posto de monitoramento das lagoas. Disse a Secretária que a lagoa de Mãembá não é uma unidade de conservação, portanto, não existe recurso de compensação ambiental para ela. Disse ainda que não existe um posto de monitoramento, o monitoramento é feito através de coletas periódicas, que são feitas de tempos em tempos, em pontos específicos. Disse que o monitoramento que deve ser feito pelo município é o monitoramento dos parâmetros normais, que são feitos pelas empresas e órgãos ambientais. Também fez uso da palavra o vereador Robson Mattos dizendo que faria um pergunta fora do contexto e que deixaria à cargo da Secretária se ela quisesse responder ou não. Disse que a Casa cobra ações e que temos no município uma Secretária que, em tese, tem o pensamento de preservar o meio ambiente, porém, que tinha acabado de presenciar a atrocidade cometida dentro da Lagoa de Icaraí da qual espera ações, visto que o serviço realizado foi com máquinas da Prefeitura. Disse não saber se houve autorização do meio ambiente, quem autorizou ou quem fez, mas que tinha estado no local e constatado a atrocidade feita num local de preservação permanente, como é a Lagoa de Icaraí. Ressaltou que a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 217, prevê o local como área de preservação permanente, portanto, esperava uma resposta à altura por parte da Secretária, visto que não é possível permitir uma atrocidade daquela. Disse à Secretária que tinha tido



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

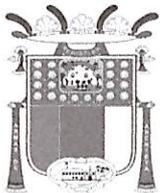
conhecimento do ocorrido somente hoje, mas que tomaria conhecimento e verificaria se houve autorização, porém, antecipou que a finalidade do local, ao que parece, seria para um campo de areia ou algo parecido. Se for isso, disse que é possível de regularização, para atividade de lazer em área de utilidade pública, autorizar em APP, segundo a Resolução CONAMA 369. Disse que responderia ao vereador Robinho, mas que não tinha todas as respostas agora. Usou novamente da palavra o vereador Robinho e disse: "Secretária, a Senhora me falar que aquilo ali é legal?" E respondeu a Secretária: "Eu não estive na área, não sei se teve terraplanagem em local que não era permitido, se teve terraplanagem na lagoa, só tô falando que eu não tenho conhecimento. Não deturpe o que eu estou falando. Eu estou falando que, para atividade de lazer, de campo desportivo em APP é possível ser autorizado, é isso que eu estou falando. A fiscalização deve ir ao local, a equipe técnica vai ao local avaliar o que aconteceu e aí nós tomaremos as providencias cabíveis". Disse então, o vereador Robinho que a secretária verá que no local houveram escavações e que, inclusive, informou ao IEMA e só estaria esperando a resposta oficial da Secretaria de Meio Ambiente, para formalizar. Após estas palavras, não havendo mais questionamentos o vereador Edson Vando, autor do requerimento, agradeceu à Secretária por sua vinda e pelos esclarecimentos prestados, vez que todos puderam tirar suas dúvidas. O vereador Cleber também agradeceu à Secretária e a sua equipe pela presença e disse que ela sempre será bem vinda na Casa. O Sr. Presidente agradeceu, em nome da Casa, pela rapidez com que a Secretária veio prestar os esclarecimentos, disse que continuaria acompanhando e dando transparência ao processo. Colocou a Câmara à disposição da Secretaria e disse que todos são sempre bem vindos. Desejou sucesso e que se consiga resolver a situação o quanto antes. Na sequencia o Sr. Presidente me parabenizou pelo nascimento do meu neto, João Luis, nascido no último dia 22 de julho. Também parabenizou os papais Raissa e Jean Lucas, o vovô Alex Paulo e o titio Cesar Augusto. Em seguida, passou à hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com o artigo 166, parágrafo 1º do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos dez minutos para o seu pronunciamento. Pela ordem, fez uso da palavra a vereadora Marcia Cypriano que cumprimentou o público presente, os internautas e a Secretária Jéssica pela bela apresentação. Em seguida falou de suas indicações, dizendo ter visitado a comunidade de Mãembá e visto que o ESF da comunidade precisa de uma reforma urgente. Também disse que o Bairro Planalto precisa de uma demanda importante e que, apesar das nossas crianças não nascerem mais no município de Anchieta, a população do bairro cresceu e ele precisa urgentemente de uma creche. Disse que as moradoras da comunidade de Benevente precisam da construção do centro de convivência no bairro e que em 2016 já foi feito um projeto, portanto, já existe um projeto pronto que poderá ser aproveitado pelo atual secretário. Em seguida falou da arrecadação do município de Anchieta no mês de junho, que segundo ela, foi fantástica, somando R\$ 29.847.148,57 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e sete centavos). Disse que se dividir esse valor por trinta, dará R\$ 995.000,00 (novecentos e noventa e cinco mil reais) por dia, ou seja, quase um milhão de reais. Disse que falava da arrecadação do município porque, visitando a comunidade de Mãembá estivera com uma senhora de 75 anos, portadora de um tumor no lábio superior. Disse que esse tumor poderia ser removido através do Consórcio



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Expandida Sul, mas que para tanto, o médico precisaria de cotas de autorização, ou seja, que a Secretaria de Saúde ou o Prefeito autorize essas cotas, para que o procedimento seja feito no consultório médico. Disse que esses procedimentos são feitos em Alfredo Chaves, em Itapemirim e em Marataízes, mas não são feitos em Anchieta porque essas cotas não são autorizadas. Então, pediu que a Secretaria de Saúde providenciasse as devidas autorizações, para que essas cirurgias possam ser feitas dentro da cidade, sem precisar se deslocar a outros municípios. Ressaltou que temos uma arrecadação muito boa para a saúde se encontrar desse jeito. Também voltou a comentar o caso de uma moradora que procurou o CRAS por meio do telefone, dizendo que as cestas básicas só são entregues se a pessoa conseguir um agendamento por meio do telefone. Disse que no dia 14 de julho a moradora começou a telefonar para o CRAS as sete horas da manhã, do Bairro Nova Anchieta, que é a área 1 e só atende as sextas-feiras. As oito horas atenderam o telefone mas já não haviam as cestas básicas e pediram que ela tentasse novamente na próxima sexta-feira. No dia 21 a moradora tentou novamente, desde as sete da manhã, e novamente foi atendida as oito, onde o CRAS, por sua vez, disse que já não tinha mais agendamento. Concluiu que os moradores de Mãembá não vão conseguir cesta básica nunca, dizendo que as pessoas que já são atendidos só recebem as cestas de três em três meses e os de Mãembá, por causa das questões da lagoa, não vão receber nunca. Ressaltou que não há consideração com o ser humano nesse município e que o CRAS só atende as pessoas que querem atender. Desafiou o Secretário de Assistência Social a abrir as portas do CRAS para a população de Anchieta, visto que de 2013 a 2016, quando esteve secretária, as portas eram abertas as oito da manhã e fechadas as dezessete horas e atendia a todos que do CRAS necessitavam. Disse também que já estava tomando suas providências. Disse que mesmo com essa arrecadação do município tem ainda a situação do campo de futebol da Vila Olímpica, onde há um treinador voluntário, que ensina futebol gratuitamente para crianças de cinco a doze anos, mas que a condição do campo é precária, visto que não há grama, não há iluminação e não há redes. Pediu que Poder Público fizesse alguma coisa para atender esse voluntário que quer trabalhar e desenvolver os jovens. Comentou ter sido pega de surpresa ontem quando viu várias portarias de contratação de comissionados, enquanto a empresa Soluções demitiu todo mundo e até hoje os trabalhadores esperam para receber sua rescisão e seu seguro desemprego. Disse que não tinha nada contra as contratações, o problema é que o Poder Executivo fala que existe falta de recurso, o que é uma vergonha. Disse que as pessoas contratadas são selecionadas a dedo e que não são pessoas ou famílias que precisam trabalhar no município de Anchieta, por isso são comissionadas. Disse não ser contra os empregos, muito pelo contrário, que gostaria que muitas e boas empresas viessem para o município e desse emprego para os que precisam. Deixou sua indignação, dizendo que, com essa arrecadação, de quase um milhão por dia, as pessoas ainda passam necessidade e elencou alguns problemas, dizendo que não há valorização dos professores na educação, não há uniformes escolares, não há tênis, a saúde é uma das piores, faltam remédios, há filas nas madrugadas, exames que nunca chegam e quando chegam as pessoas não conseguem diagnóstico, faltam médicos, cestas básicas de três em três meses, quando a família é atendida, há sete anos nenhuma casa popular é entregue, não há transporte público coletivo, o que tem é superprecário, não há



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

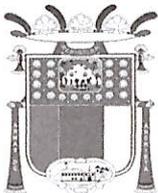
transporte no interior. Disse que diante de tudo isso ainda há funcionários que recebem dois jetons, servidores com salários de até doze mil reais, em detrimento de uns desempregados, ou seja, uns escolhidos a dedo e outros sem nada. Em seguida fez uso da palavra o vereador Sergio Luiz e solicitou a prorrogação da sessão por mais trinta minutos, para conclusão dos trabalhos. O Sr. Presidente submeteu o pedido à votação e foi aprovado pelo Plenário. Em seguida, concedeu a palavra ao próximo orador inscrito, vereador Renato Lorencini, que cumprimentou o público presente e reforçou sua indicação, que também foi feita pela vereadora Marcia, dizendo ter estado, juntamente com o vereador Robinho, na comunidade de Mãembá e constatado que a unidade de saúde local necessita de uma reforma urgente, especialmente do lado de fora, no muro, no alambrado, pintura das paredes e dos portões, que necessitam de manutenção. Também comentou sobre seu pedido solicitando a retomada da base da Guarda Civil Municipal no interior. Disse que todos sabem o quanto é importante a base da Guarda em Alto Pongal e que o tempo gasto em chamar a Guarda e ela estar na comunidade leva em torno de trinta minutos, então, a base estando lá fica muito mais rápido atender as comunidades do meio rural. Disse que a patrulha rural foi conseguida com muita luta, mas que devido o efetivo de pessoal e o próprio planejamento da guarda, ela está temporariamente suspensa no interior. Disse que na mesma indicação, também solicitou ao Prefeito que estudasse a possibilidade de abrir um concurso público para ampliar o número de guardas no município, tendo em vista o quadro reduzido do efetivo e o crescimento constante do município. Em relação a lagoa, disse ter sido novamente solicitado pela comunidade, mas que agora a situação havia ficado mais clara e pediu que a secretária fosse à comunidade e explicasse a situação, visando tranquiliza-la. Lembrou que hoje se comemora o dia da agricultura familiar e o dia do motorista, então, homenageou os motoristas do município, especialmente os da saúde, que todos os dias fazem o trabalho de levar as pessoas enfermas a outros municípios em busca de atendimento, estendendo a todos os outros, em nome do vereador Pablo e do seu pai, que também é motorista. Disse que o município de Anchieta é composto praticamente do meio rural, da agricultura familiar, que é quem coloca a comida na mesa e que já teve um trabalho importante frente à Secretaria de Agricultura, em 2005/2006, portanto, é sabedor do desafio que é manter viva a agricultura no município, com tantas demandas e com as questões industrial e turística, mas sabedores do quanto ela é importante, pois gera emprego, renda e postos de trabalho, portanto, tem que ser valorizada. Parabenizou o agricultor, a Secretaria de Agricultura e o INCAPER pela passagem do seu dia. Comentou sobre a 15ª Festa da Imigração Italiana que acontecerá nos dias 02 e 03 de setembro na comunidade de Alto Pongal, dizendo que a comunidade pensou em fazer a festa com um formato um pouco diferente, valorizando a cultura e as tradições. Disse que a festa será feita num formato menor, depois de anos parada, haverá um desfile e não mais a caretella, e a comunidade mostrará sua cultura. A comunidade fará a transição daquela festa, que era grande, mas as vezes não comportava, pois a comunidade é pequena. Disse que a comunidade está disposta a pensar um novo formato, a festa não acontecerá no campo e sim no centro de convivência, próximo à igreja, exatamente para pensar um formato diferenciado, valorizando em especial a agricultura e os imigrantes, que não estão só em Alto Pongal, mas em toda aquela região. Finalizou dizendo que, em conjunto com o vereador Edinho e autorizado pela



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

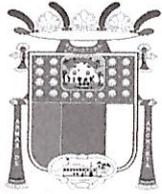
Casa, acontecerá na próxima quinta-feira uma sessão solene para homenagear o Grupo de Teatro Rerigtiba e seus 30 anos de existência, talvez um dos Grupos mais antigos do Estado. Disse que o vereador Edinho faz parte do Grupo e será ele quem presidirá a sessão e que na oportunidade o Grupo e seus integrantes serão homenageados, como forma de valorizar a cultura no município de Anchieta, a partir das dezoito horas. Em seguida, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Robson Mattos dos Santos, que cumprimentou o público presente e os internautas. Reforçou algumas ponderações feitas a respeito da visita da Secretária e falou da preocupação pelo fato de não saber a quantidade de pescadores que vivem da pesca em Mãembá. Disse que enquanto Casa Legislativa é preciso buscar as informações e fazer pressão para que tanto o município, quanto a Samarco ou a Cesan, que são os envolvidos direta ou indiretamente, possam dar uma solução para aquele fato, bem como uma contribuição aos pescadores até que tudo volte à normalidade. Ressaltou que se trata de uma situação que requer muita atenção. Também falou em relação à Lagoa Icaraí, dizendo que o assunto não fazia parte da pauta de visita da Secretária, mas que hoje ao ficar sabendo do ocorrido, havia ido ao local e fotografado as atrocidades cometidas no local, das quais espera uma resposta. Disse que próximo ao local está sendo inaugurado um local para a prática desportiva, mas será que as árvores tem que ser suprimidas? Disse que não estaria fazendo nenhuma acusação, por isso mesmo pediu informação sobre quem autorizou, mas que o que viu foram fotos de uma pá mecânica numa área de preservação ambiental, ou seja, um pouco contraditório. Disse que para algumas pequenas ações o tratamento é a ferro e fogo, mas para os grandes há sempre o "vamos ver, vamos analisar, vamos estudar". Disse que há poucos dias um cidadão foi multado pela Secretaria de Meio Ambiente em cem mil reais, por causa da retirada de uma restinga. E perguntou: E agora? De quanto será aquela multa ali? Quem vai receber aquela multa? E quem vai pagar essa multa? Disse ter feito um requerimento a respeito de uma supressão que foi feita, ou melhor, uma covardia que foi feita no Monte Urubu, no topo do morro, e endereçou ao IDARF, que já multou os responsáveis, portanto, que também iria encaminhar as respostas relacionadas a Lagoa de Icaraí, ao IDARF, assim que elas chegassem. Lembrou que o vereador Renato teria feito um pedido de informação, à Secretaria, que demorou sete meses para que elas chegassem e que ele já aguardava há quatro meses pela resposta ao seu pedido também. Ressaltou que elas deveriam chegar de forma urgente e perguntou: Porque não querem dar a resposta? É para esconder algo? É para dificultar a fiscalização desta Casa? Disse que uma das ações que estavam na apresentação da Secretária diz respeito ao Plano de Saneamento Municipal e que alguma delas são de responsabilidade da CESAN, que tem feito seu papel e vai investir no município cerca de trinta e dois milhões de reais, porém, que há ações no Plano de Saneamento Municipal que são de responsabilidade do município, mas que não teria visto ações por parte dele. Disse que é importante que a Casa tenha a resposta em tempo hábil e concluiu a todos que lesem o artigo 217 da Lei orgânica Municipal, onde fala do patrimônio natural que temos, como a Lagoa de Mãembá, a Lagoa de Icaraí, o Monte Urubu e outros locais imexíveis, que não podem ser descaracterizados como foi. Disse que baseou seu questionamento no artigo 217 da LOM. Em seguida fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Rodrigo Semedo, que após cumprimentar o público presente falou de sua indicação ao



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretário de Infraestrutura, solicitando a manutenção dos bueiros da Praça São Pedro e ruas adjacentes, visto que quando chove a praça fica inundada e causa transtornos aos moradores. Também falou de seu requerimento à Secretária de Desenvolvimento, solicitando informações a respeito do Fundo de Aval, que foi criado em parceria com o BANDES. Disse que quando o evento foi criado, vendeu algo que praticamente não existe, visto que alguns dos seus clientes querem investir em Anchieta e estão há quase dois anos esperando conseguir essa linha de crédito, via BANDES com o aval do município, e já desistiu. Ressaltou que todo empreendimento, quando cresce, gera renda e emprego, só que a pessoa não consegue algo que foi “pintado como algo bacana”, porque ele não funciona. Disse que o atendimento é excelente, mas o projeto não funciona, então perguntou: Porque o BANDES veio aqui vender algo que não funciona? É triste, porque o sonho de todo empresário é crescer. Disse: Se o município está apoiando, porque não está funcionando? Qual a dificuldade em apoiar o empresário? Disse que é triste para quem quer ver o município crescer, ficar dependente só da Prefeitura ou da Samarco. Ressaltou que é preciso incentivo, por isso espera que a Secretária responda ao seu requerimento e que rezaria para que haja um polo industrial público, onde os empresários queiram investir. Disse que a lei de incentivo fiscal, criada pelo vereador Renato, é bacana, que a Casa aprovou o Plano Diretor Municipal com excelentes emendas, mas que agora é preciso incentivo para os empresários. Deixou votos de repúdio dizendo que é triste ver a pessoa querer investir e não conseguir o incentivo e parabenizou pelo atendimento dos servidores, dizendo que eles tem boa intenção, mas que o projeto já nasceu morto, o que é lamentável. Em seguida, fez um requerimento verbal ao Secretário de Administração e ao Gerente de Segurança Pública, solicitando a informação se houve processo licitatório relacionado ao videomonitoramento da cidade, qual empresa foi contemplada, qual o valor do contrato e em quais locais serão instaladas as câmeras no município. O pedido foi submetido à votação e foi aprovado pelo Plenário. O vereador Rodrigo finalizou dizendo ter sido questionado a respeito do Parque RDS Papagaio e, conforme dito pela Secretária, assim que o município contratar vigilantes ele voltará a funcionar nos finais de semana também. Após estas palavras, não havendo mais oradores inscritos o Sr. Presidente passou para Ordem do Dia e solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores para efeito de quórum. Havendo número legal, solicitou que se fizesse a leitura dos projetos constantes da Ordem do Dia. Antes porém, de ordem do Sr. Presidente, foi feita a leitura de convocação para sessão Extraordinária, no dia 28 de julho, para apreciação das seguintes matérias: As 16hs30min – Projeto de Lei 32/2023 – Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências (LDO), de autoria do Poder Executivo e as 17:00hs o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2023 – Referente a prestação de contas anual – exercício de 2019 – da Prefeitura Municipal de Anchieta, de responsabilidade do Prefeito Fabrício Petri. Na sequência, foi feita a leitura dos projetos em pauta, a saber: **Projetos em 1ª discussão: Projeto de Lei nº 29/2023** – Autoriza a cessão de imóvel pública à concessionária de serviços de abastecimento de água e saneamento básico, de autoria do Poder Executivo; **Projeto de Lei nº 40/2023** – Institui o Dia 24 de julho como o Dia Municipal de Exposição do gado Leiteiro, de autoria do vereador Pablo Florentino; **Projeto de Lei nº 41/2023** – Dispõe sobre a denominação da Unidade de



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Saúde da Comunidade de Itapeúna e dá outras providencias (Josias de Almeida Pompermayer), de autoria do vereador Pablo Florentino; **Projeto em 2ª Discussão: Projeto de Lei Complementar nº 05/2023** – Dispõe sobre alteração do Inciso I, do art. 18, da Lei Complementar nº 22/2010 – Código de Obras do Município de Anchieta, de autoria do vereador Robson Mattos dos Santos, com uma Emenda Modificativa/Aditiva proposta pelo autor do projeto. O Sr. Presidente submeteu os projetos à discussão franqueando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo manifestação por parte do Plenário, declarou encerrada a presente sessão, convidando a todos para a próxima. E, para constar, eu Fabíola S. Costa, Servidora Efetiva deste Poder Legislativo, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e pelos demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.


RENAN DE OLIVEIRA DELFINO
Presidente


PABLO FLORENTINO PEREIRA
Vice-presidente


ÂNGELA MARCIA CYPRIANO ASSAD
Secretária